



## JULGAMENTO DE RECURSO

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015

**A COMISSÃO DE APOIO AO PREGOEIRO**, formada pela portaria nº 16.561-2013 composta pelos servidores: Pregoeira: **SIMONE CRISTINA BIGATON**, Apoio: **RODRIGO BATISTELLA, JYRYES SAD e ALESSANDRA ROSSOLEN**, recebeu no dia 09 de abril de 2015, recurso interposto pela Empresa **COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA** da decisão da Comissão, que no prazo de 03 dias apresentou as contrarrazões, **DECIDIU**:

Relata a Recorrente que no dia 02 de abril de 2015 ocorreu Pregão Presencial nº 006/2015 junto a Prefeitura Municipal de Espumoso, RS, cujo objeto constitui o FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETOR DE ARO E RODAS, NOVOS, COM PADRÃO DE QUALIDADE PIRELLI, GOODYEAR, FIRESTONE, MICHELIN OU DE QUALIDADE SIMILAR, DEVIDAMENTE CERTIFICADOS PELO INMETRO, NÃO RECONDICIONADO E / OU REMANUFATURADO, VISANDO PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ESPUMOSO, sendo que ao final a empresa Recorrente saiu-se vencedora de alguns itens, contudo ao analisar os documentos de habilitação foi constatado que a Recorrente não apresentou o exigido no item 8 sub item 8.21.1 alínea "a" que reza:

- 8 DA HABILITAÇÃO
- 8.21.2 – Relativos à Habilitação Jurídica
- Alínea a) Cédula de Identidade;

Expressa em suas razões que o documento exigido traz a expressão de Cédula de Identidade e que a interpretação deste termo deve-se dar de forma restritiva e não extensiva como afirmou ter ocorrido, já que o procurador habilitado da empresa apresentou sua identidade na ocasião.

Por tais razões requer a reforma da decisão da comissão e a reclassificação da Recorrente e adjudicação dos itens que saiu vencedora no pregão.

Ao analisar o presente recurso à comissão desde logo, sinaliza pela total improcedência do mesmo, pelas seguintes razões:

- a) Os documentos exigidos no presente pregão são aqueles elencados na própria lei 8666/93 em seus artigos 27 e 28, portanto a exigência foi legal e indiscutível.
- b) A identidade apresentada pelo procurador da empresa então habilitado a representá-la no ato, não pode ser confundido com aqueles documentos exigidos na habilitação jurídica.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL  
ESPUMOSO



- c) A jurisprudência apresentada pelo Recorrente da conta de que não se deve exigir formalismo excessivo tendo em conta o interesse da administração e a mais ampla concorrência entre os participantes.

Contudo entende-se que o documento que faltou era essencial para aceitação da habilitação jurídica e conceder prazo para juntada posterior seria conceder tratamento desigual a Recorrente em relação às demais empresas participantes do pregão.

Tendo isso em conta a decisão da comissão é pelo indeferimento do recurso apresentado.

Espumoso, 13 de abril de 2015.

SIMONE CRISTINA BIGATON  
Pregoeira

RODRIGO BATISTELLA  
Apoio

JYRYES SAD  
Apoio

ALESSANDRA ROSSOLEN  
Apoio

• "Sentinela do Progresso." •

• Praça Arthur Ritter de Medeiros, s/n • CEP 99400-000 • Fone (54) 3383.4450/3383.4494 •

• E-mail: prefeitura@espumoso.rs.gov.br •